REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE AUTOLESÃO NA ADOLESCÊNCIA: UM OLHAR SOBRE A ESCOLA

Savia Jesus Silva
Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE/UFMT)
saviabrasil@gmail.com
GT:9 Educação, Infâncias, crianças

RESUMO
A adolescência é uma fase marcada pelo desenvolvimento biológico, psíquico e sociocultural, em que o adolescente expõe-se a todo o momento às situações de conflitos e sofrimento psíquico manifestos em diversas formas de comportamento em sua vida, em que na atualidade a autolesão tem sido um problema nas escolas. O comportamento de autolesão ocorre em diversas faixas etárias, sendo predominante em adolescentes, sobretudo do sexo feminino. Vários são os fatores de riscos acentuados entre os adolescentes, como, características da personalidade, transtornos psiquiátricos, problemas sociais, problemas familiares, o uso de substâncias psicoativas, etc. A autolesão não suicida na adolescência tem recebido atenção de pesquisadores em virtude do aumento de casos relatados nas escolas e mídias sociais, porém, o tema ainda é pouco focalizado na produção científica no âmbito educacional.

Palavras Chave: Autolesão; Estudantes; Escola.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, muitos são os desafios no cenário educacional, e a autolesão é um deles. A autolesão na adolescência é um tema delicado e está presente no meio familiar e escolar. No entanto, o preconceito e tabus faz com que esse assunto seja pouco discutido.

Sabe-se que a adolescência é uma fase no desenvolvimento humana bastante delicada, onde acontece inúmeras transformações, tanto no campo emocional, estrutural e biológico. Um período onde o adolescente passa por questionamento de si e do mundo em sua volta, nada está concreto, não é adulto nem criança. Para a sociedade é velho demais para um assunto e jovem demais para outros. Decisões sobre o futuro e escolhas, relações sociais, mudança na estrutura do corpo são questões que mexem com o emocional e social do indivíduo, levando a tomar decisões para se regular no meio que se (BOCK, 2007).

Muitas são as transformações experimentadas pelo adolescente, ainda que se apresentem acentuadamente individuais, não são processos que se dão de forma isolada,

mas, sim, integradas num determinado contexto social que engloba a família, a escola e os seus pares. O nível em que se encontram tais dimensões tem influência direta no ajustamento do adolescente, de maneira a permitir-lhe chegar à consecução das atividades desenvolvidas que lhe darão possibilidade de transcorrer para a fase adulta como indivíduo bem resolvido (MESQUITA *et al*., 2011).

A adolescência não se trata apenas de uma idade cronológica, vindo a ser caracterizada pelos impulsos do desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual, social e pelos esforços do adolescente despendidos para que possa alcançar os objetivos traçados pelas expectativas culturais da sociedade a que o mesmo pertence. Por essas mudanças terem caráter novo, surpreendente e significativo para o indivíduo, a adolescência adquiriu status de ser uma fase cheia de "sturm und drang" (tempestades e estresses), dessa forma, um período de crises (BEE, 1997).

Diante dessa situação, a escola não tem conseguido lidar com o aumento dos casos de autolesão no ambiente escolar. Sabe-se também que os contextos nos quais o adolescente está inserido podem tanto potencializar esse comportamento, como auxiliar na identificação do mesmo. A escola pode ser uma grande aliada, uma vez que o adolescente passa boa parte de seu tempo semanal em suas dependências, tendo a possibilidade de manifestar sinais, mesmo sem intenção, que evidencie o comportamento autolesivo. Isso pode permitir a identificação do comportamento e a tomada de medidas necessárias para que se possa alcançar esses adolescentes, antes que haja danos ainda mais significativos em seu desenvolvimento.

Partindo desse principio, percebe-se que a autolesão está presente de forma muito recorrente nas escolas. A escola é um ambiente onde o adolescente passa a maior parte de seu tempo e é nesse lugar que costuma formar suas relações de amizades, e acaba sendo o espaço onde expressam e manifesta suas emoções e visão de mundo.

Para que o indivíduo se desenvolva de forma saudável em todos aspectos de sua vida, é necessário que sua saúde mental esteja bem. Para OMS (1946) saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade.

Partindo desse princípio a saúde é de extrema importância para desenvolvimento pleno do individuo. No atual cenário, a saúde mental tem sido uma temática importante a ser trabalhada no âmbito escolar.

A escola é um ambiente que faz parte da vida do adolescente e, naturalmente acontece o vínculo aluno - professor. Em algumas situações esse profissional acaba sendo referencia de confiança para o aluno, ou até mesmo é a primeira pessoa a observar que algo não vai bem. Dessa forma o professor acaba sendo uma pessoa importante para o aluno tanto no processo ensino – aprendizagem quanto pessoal.

A autolesão pode afetar a vida escolar, pessoal e social do adolescente (HARRINGTON 2001). Por isso, essa temática torna-se importante para ser discutida, tendo como intuído mostrar a percepção do (a) professor (a) em relação ao aluno (a) que pratica a autolesão.

Muitas são as mudanças apresentadas pelos adolescentes em situação de autolesão, como: isolamento, alterações no humor e irritabilidade, sentimentos de fuga, de menos valia, de apatia e perda de rendimento escolar são sinais de que este adolescente possa estar passando por situações de estresse em níveis altos o suficiente para aumentar o risco de automutilação (SCHULTZ; SCHULTZ, 2015). Por isso, que as alterações no comportamento dos adolescentes precisam ser observadas pelos profissionais da educação para que um possível encaminhamento não seja tarde.

Refletir sobre tal assunto é uma possibilidade de melhor compreender e, assim, buscar formas eficazes de transformação das relações dentro do espaço escolar. Sobre a problematização da escola a partir da perspectiva da teoria moscoviciana, Feitosa (2012, p.60) afirma:

> A ideia de escola foi e é longamente teorizada, ou seja, existem noções diversas que explicitam sua importância, sua configuração, a quem se destina, quando é mais eficaz, como influencia a sociedade, como e por quem é influenciada, quais conhecimentos deve transmitir e/ou construir, quem são os responsáveis pela mesma, quem deve mantê-las, etc. Existe, portanto, um conhecimento científico vasto acerca da escola que se distancia da realidade imediata da criança e de seus pais. Porém, em contrapartida, uma vez fazendo parte indistintamente da vida das pessoas, a escola é constantemente posta em questão pelas mesmas, ou seja, algo que de alguma maneira poderia ser estranha, torna-se familiar. É indispensável que se compreenda que existem mecanismos essenciais que tornam possível esta familiaridade, ou seja, como estes elementos acerca da escola que circulam no universo acadêmico, reificado, chegam ao universo cotidiano, comum.

Portanto, a escola é uma das instituições marcantes na vida do sujeito social, onde ocorre a formação de representações sociais como resultantes das relações sociais, e o ressoar dessas representações afetando e (trans)formando as próprias relações humanas

2. Adolescência e a representação social

A definição da palavra adolescência é vastamente discutida e de difícil consenso. Segundo Outeiral (1994, p.6), adolescência possui dupla origem etimológica, advindo do latim ad (a, para) e olescer (crescer), significando, a condição ou processo de crescimento, em que o indivíduo estaria apto a crescer. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) o critério cronológico é utilizado para definir a adolescência, considerando dois períodos, o inicial entre 10 e 14 anos, e o final, entre os 15 e os 19 anos (WHO, 1995). No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, de 1990, considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e define a adolescência como a faixa etária de 12 a 18 anos de idade (artigo 2o), e, em casos excepcionais ao que se refere às medidas socioeducativas, quando disposto na lei, o estatuto é aplicável até os 21 anos de idade (artigo 121).

Já para Papalia (2009, p. 397) diz que,

> A adolescência é uma construção social. Antes do século XX não existia esse conceito. Nas culturas ocidentais, as crianças entravam para o mundo adulto quando amadureciam fisicamente ou quando começavam um aprendizado profissional.

Seguindo na perspectiva do desenvolvimento da adolescência, segundo Bock (2007) a adolescência não é vista como uma fase natural do desenvolvimento e uma etapa natural entre a vida adulta e a infância. A adolescência é vista como uma construção social com repercussões na subjetividade e no desenvolvimento do homem moderno e não como um período natural do desenvolvimento. É um momento significado, interpretado e construído pelos homens. Estão associadas a ela marcas do desenvolvimento do corpo.

Conforme os autores a adolescência é uma construção histórico e social, para entendê-la é preciso compreender a concepção vigente em um determinado período da história e da sociedade em que os adolescentes estão inseridos (Sant'Ana 2019 apud Checchia, 2010). Partindo disso, a adolescência é vista como representação e enquanto fato social e psicológico e é constituída com base nas necessidades sociais e econômicas e de características que emergem ao longo de sua constituição (Ozella, 2002).

Mas, é certo que muitos são os conflitos que os adolescentes enfrentam até atingir a maturidade da vida adulta. (EISENSTEIN, 2005).

Um dos sintomas apresentados por estes adolescentes é a autolesão. Na qual sua definição de autolesão não suicida (non-suicidal self-injury) são incluídos apenas comportamentos que lesam o tecido corporal, como cortes, queimaduras e arranhões, mas quando o indivíduo afirma não existir a intenção de morrer; já a definição de autolesão (self-harm) inclui todos os métodos de autolesão, como cortes, sufocamento e ingestão de substâncias, não diferenciam se o comportamento é uma tentativa de suicídio ou não, assim evitam a questão da intencionalidade devido às dificuldades em tal atribuição (GUERREIRO; SAMPAIO, 2013).

As práticas de autolesão têm sido um comportamento cada vez mais comum a partir dos 12 anos de idade, tendo um pico por volta dos 15, e depois decrescendo até a idade adulta. Atualmente, na quinta versão do Manual Estatístico e Diagnóstico de Transtornos Mentais – DSM-5 (American Psychiatric Association, 2014), a autolesão não suicida aparece como uma dimensão diagnóstica independente. No entanto, foi colocada na sessão III, na categoria dos transtornos que necessitam de mais pesquisas e revisão dos seus critérios diagnósticos (American Psychiatric Association, 2014).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) inclui a autolesão no contexto da violência autoinfligida, correspondendo ao uso intencional de força física real ou de ameaça contra si próprio (Organização Mundial de Saúde, 2014). Os tipos de violência autoinfligida são: tentativas de suicídio, suicídio, autoflagelação, autopunição e autolesão (BRASIL, 2016).

Sabe-se que na vida do adolescente, muitas são as mudanças e obrigações, necessidades de adaptação e readaptação internas e externas, inconstância e oscilação, que produzem uma série de problemáticas na administração do desenvolvimento saudável nas áreas social, mental, familiar, escolar, afetiva e pessoal, convertendo muitas vezes em comportamentos autolesivos (TRINCO; SANTOS, 2015).

Falar sobre autolesão no ambiente familiar e escolar remetem a questões importantes, os sentimentos ambivalentes de falar sobre a autolesão e de procurar ajuda, o desejo de ser compreendido e o medo de ser julgado, as dificuldades das famílias, dos profissionais, das escolas, enfim, da sociedade, de olhar para esse sofrimento que ao mesmo tempo que se esconde suas marcas nos corpos.

Sabe-se que o conceito representação é polissêmico e possui uma longa tradição de uso nas ciências sociais e na filosofia. A representação diz respeito a forma pela qual o conteúdo dos objetos pensados é representado na mente através de processos cognitivos relacionados com a percepção, a imaginação, o julgamento, entre outros. A representação está relacionada à capacidade das nossas mentes em tornar presente um objeto do pensamento por intermédio de símbolos (LUCAS, 1995).

O conceito de representações sociais foi primeiramente empregado por Émile Durkheim no início do Século XX. Para Durkheim (2007), a representação estabelece as formas de integração e interação social e tem como objetivo manter a coesão de grupo entre os indivíduos. As representações formam uma realidade paralela à existência dos indivíduos, manifestadas por normas, instituições, discursos, imagens e ritos. A representação na perspectiva de Durkheim é um processo criativo, traduzido na dialética entre percepção e conceito, não apenas limitada à acepção de cópia ou duplicação da realidade. Representar algo não é duplicá-lo, repeti-lo ou reproduzi-lo, é reconstitui-lo, recolocá-lo e ressignificá-lo (JESUINO, 2014).

Pautado numa concepção ontológica, Durkheim estabelece um dualismo radical, o autor realiza uma distinção entre as representações individuais e as representações coletivas. Em seu trabalho intitulado "Representações individuais e representações coletivas", publicado em 1898, Durkheim estabelece a existência das chamadas representações, que constituem tanto a vida mental dos indivíduos como a vida coletiva das sociedades (DURKHEIM, 2007). As representações individuais têm as funções fisiológicas do cérebro como base, ainda que não se reduzam a elas. As representações coletivas são formadas pela combinação das representações individuais, que em seu conjunto instituem algo diferente destas. As representações coletivas se manifestam ao mesmo tempo em que tem origem nos grandes movimentos da vida coletiva, como nas crenças, nas práticas religiosas, nas regras morais, nas leis e afins, estabelecendo formas de pensar e agir que não são obras de um indivíduo, mas emanam de um "poder moral" que os ultrapassa (DURKHEIM, 2007).

A superação do modelo dicotômico entre as representações individuais e coletivas se dá a partir da elaboração do conceito de representação social de Serge Moscovici após os primeiros escritos nos anos 1960 (RIBEIRO; ANTUNES-ROCHA, 2016). As Representações Sociais em Moscovici se diferem pelo seu caráter dinâmico e mutável, adequado para a análise do comportamento social nas sociedades ativas, noção

que se opõe ao caráter estático das representações coletivas de Durkheim que implicam uma visão imutável da sociedade, fundamentada sobre as instituições e tradições seculares (PALMONARI; CERRATO, 2014).

O desenvolvimento da Teoria das Representações Sociais por Moscovici ocorreu em um período histórico marcado por mudanças geradas pela tentativa de superação do modelo científico que valorizava de forma excessiva os saberes científicos em detrimento da cultura, das crenças e dos conhecimentos construídos no intercâmbio interacional do cotidiano das relações e dos grupos sociais (ROCHA, 2014). Ao criar a Teoria das Representações Sociais, Moscovici, queria redefinir os problemas e os conceitos da área em que dedicava seus estudos, a Psicologia Social. Pertencente à vertente psicossociologia europeia, Moscovici criticava a tradição norte-americana dominante da Psicologia Social, que focava em métodos de estudos positivistas dos comportamentos individuais em detrimento do dinamismo dos processos sociais (SANTOS; ICHIKAWA, 2018).

A teoria das representações sociais, desenvolvida pelo psicólogo social Sergi Moscovici ficou conhecida em 1961, por meio da obra La Psychanalyse: son image e son public. As abordagens linguísticas e semióticas tornaram-se na época as mais importantes nas pesquisas das relações sociais, tinha como enfoque a psicanálise e buscava analisar de forma cientifica sua repercussão na formação das individualidades e coletividades comuns da época.

As representações sociais são arquitetadas e difundidas através da interação pública entre representantes sociais, em práticas de comunicação do cotidiano (MOSCOVICI, 1961; 2003).

Dessa forma, o autor afirma que o "propósito de todas as representações é tomar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade, familiar". A familiarização é sempre um processo construtivo de ancoragem e objetivação, através do qual o não-familiar passa a ocupar um lugar dentro de nosso mundo familiar. (MOSCOVICI 2003, p.20)

Afirma ainda que as representações sociais emergem, não apenas como um modo de compreender um objeto particular, mas também como uma forma em que o sujeito (indivíduo ou grupo) adquire uma capacidade de definição, uma função de identidade, que é uma das maneiras como as representações expressam um valor simbólico (algo que também empresta à noção de familiarização de Moscovici uma inflexão que é distinta da de McDougall ou Bartlett). (MOSCOVICI, 2003, p 20).

Moscovici define representação social como um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará as pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua historia individual e social (MOSCOVICI, 2003, p.21).

Para Jodelet (2001, p.22) a definição de representação social é "uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social".

3. A escola e as Representações Sociais

O estudo das representações sociais na Escola contribui significativamente para a Educação, ajuda pensar a vida mental individual e coletiva de todos os membros integrantes dessa instituição.

Autores como Gilly (2002) dedicam seus estudos em pesquisar sobre representações sociais voltados à Educação. Para o autor as representações sociais possibilita uma nova maneira para a explicação de mecanismos pelos quais fatores sociais atuam sobre o processo educativo.

As representações é um instrumento para compreensão daquilo que ocorre na escola, na sala de aula no decorrer das interações pertinentes a esses ambientes e processo de aprendizagem (CERQUEIRA 2011).

E sabe-se que a escola é um dos espaços sociais mais importantes para o individuo desenvolver-se, bem como para aprender a conviver, contribuindo na formação de uma consciência da cidadania e da ética.

Continuando com a linha de raciocínio do autor a escola é um dos espaços onde a teoria das representações sociais é considerada um dos mais importantes aparelhos ideológicos que perpassam por questões a respeito de representações sociais por meio da linguagem (CERQUEIRA 2011).

Tanto a escola quanto a sociedade esta sempre no processo de transformação. Por meio da educação é possível explicar sobre a as representações

sociais e sua influencia nos autores que compões o sistema educacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou identificar que as representações sociais escolares acontecem de forma diversificada, resultando em significações proativas da escola.

Assim, este trabalho tem a pretensão de apresentar a importância do estudo das representações sociais na compreensão da relação escola/aluno, visto que apesar de todos os problemas a escolar ainda é um espaço de conhecimento, de aprendizagem e de socialização.

Por isso, que estudar as representações sociais implica em conhecer o modo como um grupo social constrói os saberes que expressam sua identidade e cultura em um dado momento histórico.

Assim, a escola constitui-se em espaço de partilha de conhecimento, de atividades extracurriculares e de socialização. O aluno é um sujeito ativo, receptivo.

E quanto a pratica de autolesão entre os adolescentes o trabalho aponta para a importância de adoção de medidas preventivas quanto a autolesão no ambiente escolar. Essa temática merece ser estudada no que se refere à percepção da relação autolesão e representação social.

REFERÊNCIA

BEE. H. Desenvolvimento físico e cognitivo na adolescência. In: **O ciclo vital.** Porto Alegre: Artmed, 1997.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano:** a adolescência em questão. Cadernos Cedes, 2004.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores.** Psicol. Esc. Educ. (Impr.), Campinas , v. 11, n. 1, p. 63-76, June 2007

https://www.scielo.br/j/pee/a/LJkJzRzQ5YgbmhcnkKzVq3x/?lang=pt . access on 10 set 2021.

CERQUEIRA, Teresa Cristina Siqueira**. Representações sociais da escola: percepção de professores de escolas públicas do distito federal**.Curitiba: UnB, 2011.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Ministério da Justiça, 1990.

Durkheim, E. (1895). **Règles de la méthode sociologique**. Paris: Félix Alcan. [Durkheim, E (2007). As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes].

ERIKSON, E. **Identidade, juventude e crise**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

EISENSTEIN, Evelyn. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolescência e Saúde**, v. 2, n. 2, p. 6-7, 2005.

FAGUNDES, B. **A teoria das representações sociais nos estudos ambientais**. Curitiba, 2009.

FEITOSA, C. F. J. **Aqui tem racismo! um estudo das representações sociais e das identidades das crianças negras**. 2012. 240 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

GUERREIRO, Diogo Frasquilho; SAMPAIO, Daniel. Comportamentos autolesivos em adolescentes: uma revisão da literatura com foco na investigação em língua portuguesa. **Revista portuguesa de saúde pública**, v. 31, n. 2, p. 213-222, 2013.

HARRINGTON, R. Depression suicide and deliberate self-harm in adolescence. British Medical Bulletin, 2001.

JESUINO, Jorge Correia. Um conceito reencontrado. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araujo. (Orgs). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. - Brasília: Technopolitik, 2014. p. 41 - 76

PALMONARI, Augusto e CERRATO, Javier. Representações Sociais e Psicologia Social. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza;

TRINDADE, Zeidi Araujo.(Orgs). **Teoria das Representações Sociais**: 50 anos. - Brasília: Technopolitik, 2014. p. 402 - 441.

RIBEIRO, Luiz Paulo, ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. História, abordagens, métodos e perspectivas da Teoria das Representações Sociais. **Psicologia & Sociedade, v. 28**, n. -, 2016.

ROCHA, Luis Fernando. Teoria das Representações Sociais: a ruptura de paradigmas das correntes clássicas das teorias psicológicas. **Psicol. cienc. prof**., Brasília, v. 34, n. 1, p. 46-65, Mar. 2014.

SANT'ANA, I.M. Autolesão não Suicida na Adolescência e a Atuação do Psicólogo Escolar: Uma Revisão Narrativa.2019.

SANTOS, Viviani.; ICHIKAWA, Elisa. Representações Sociais, história e memória: possíveis contribuições para os estudos organizacionais. Gestão e Sociedade, v. 12, n. 31, p. 2213-2231, 29 nov. 2017. DOI: 10.21171/ges.v12i31.2261.

SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E**. História da psicologia moderna**. São Paulo: Cengage Learning. 2015.

SPINK, M. J. (1995). **O conhecimento no cotidiano:** as representações sociais na perspectiva da psicologia social São Paulo: Brasiliense.

QUIROGA,L. F .**O adolescente e suas representações sociais:** apontamentos sobre a importância do contexto histórico**.** Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/8F4JDSPHQTkgzmYCWRsz9Rf/?format=html Acesso em 01 out 2021.

JODELET, D. As representações sociais: um domínio em expansão. In: _____. (Org.).**As representações sociais**. Tradução Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MESQUITA, C. et al. **Relações Familiares, Humor Deprimido e Comportamentos Autodestrutivos em Adolescentes**. Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente, Lisboa, n. 3, 2011.

GILLY, M. et al. **As representações sociais no campo no campo educativo.** *Curitiba, Educar.2002.*

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

OMS/WHO. **Constituição da Organização Mundial da Saúde.** 1946.

OUTEIRAL, J. O. **Adolescer: estudos sobre a adolescência**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1994.

PAPALIA, D. et al. **Desenvolvimento humano**. 10.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.